



GABINETE DO VEREADOR RAFA CASTRO - PSB
CÂMARA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
CIDADE SÍMBOLO DA INTEGRAÇÃO BRASILEIRA
COM OS PAÍSES DO MERCOSUL

Rafa
VEREADOR

Ao Exmo. Sr.
Lídio de Azevedo Mendes
Presidente da Câmara de Vereadores
Santana do Livramento - RS

001/2024

O vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro nos Artigos 121 e 122, Incisos III da Seção X, da Resolução 1.252/16, vem, por intermédio desta, propôr a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 02/2024

Emenda Modificativa que altera o Projeto de Lei Complementar nº 02/2024 que "Altera o disposto na Lei Complementar 19, de 05 de fevereiro de 1996, no Código de Posturas do Município de Sant'Ana do Livramento".

Art. 1º - Fica alterado o nome do Capítulo III, passando a ter a seguinte redação:

TÍTULO II - DA PROTEÇÃO DA SAÚDE

CAPÍTULO III - HIGIENE DOS TERRENOS E HABITAÇÕES

Art. 2º - Fica alterado o *caput* do art. 31, além da inclusão do § 6º no art. 32, acrescenta-se, ainda, o art. 32-A, bem como inclui o parágrafo único no Art. 39, passando estes a ter a seguinte redação:

Art. 31. Caberá à Prefeitura Municipal zelar pelo bom aspecto da cidade, gerenciando junto aos proprietários ou responsáveis, para que



SENADOR SALGADO FILHO, 528



GABINETEDORAFAGMAIL.COM



(55) 3241-8623



(55) 98454-2892



mantenham os prédios e terrenos limpos e com a pintura externa em boas condições.

Art. 32. [...]

§ 6º Todos os terrenos - baldios ou não, de propriedade particular deverão ser convenientemente conservados pelos proprietários ou possuidores a qualquer título no que diz respeito à limpeza dos mesmos, por meio do uso da capinação, drenagem ou outros meios adequados, sujeito a multa.

Art. 32-A. O departamento responsável deverá disponibilizar um canal para que sejam feitas denúncias sobre a existência de terrenos baldios que necessitem de limpeza, onde deve ser informado a localização do terreno, número do terreno (se houver) e referências, devendo o departamento realizar a vistoria para tomar medidas cabíveis, já previstas no Art. 6º¹ da Lei 5.935, de 15 de fevereiro de 2011.

Parágrafo único. Quando o notificado tomar as providências exigidas, fica ele obrigado a comunicar o setor competente do Município, para que efetue nova vistoria no local e ateste a execução do serviço em campo, o que deverá constar na própria notificação ou comprovado pelo infrator ou infratores.

Art. 39. [...]

Parágrafo único. O valor das multas deste capítulo deverão ser destinados para o Fundo Municipal de Habitação - FUNHAB, conforme

¹ Art. 6º. Os Proprietários/Responsáveis ou possuidores a qualquer título de terrenos baldios ou não, pátios, imóveis abandonados/desocupados, são obrigados a mantê-los limpos, cercados, roçados e drenados.

§. 1º. Aos infratores deste artigo serão aplicadas, progressivamente, as seguintes sanções.

I. Notificação Prévia para que em de 5 (cinco) dias, o proprietário e/ou responsável venha a sanar a irregularidade; caso não encontrado o Proprietário/Responsável, será publicada a notificação em em jornal de circulação local, uma única vez;

II. Prosseguindo a irregularidade após o prazo acima, o Proprietário/Responsável será multado em 30 (trinta) URFM;

III. Em caso de reincidência, no mesmo exercício financeiro, a multa será aplicada em dobro;

IV - Caso o Município tenha que vir a sanar a irregularidade, por si ou por terceiros, os valores dos serviços serão fixados através de Decreto Municipal e cobrados dos Proprietários/Responsáveis através de guia de recolhimento emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda;

§. 2º. A Fiscalização dos terrenos baldios ou não, pátios e imóveis abandonados/desocupados, compete aos Fiscais da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente com apoio da Vigilância Sanitária através dos Fiscais Sanitários e dos Agentes de Campo e Agentes de Combate à Endemias.



GABINETE DO VEREADOR RAFA CASTRO - PSB
CÂMARA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
CIDADE SÍMBOLO DA INTEGRAÇÃO BRASILEIRA
COM OS PAÍSES DO MERCOSUL

Rafa
VEREADOR

autoriza o art. 4º da Lei Municipal 6.410/2013, devendo ser utilizada para os fins previstos no Art. 3º, da mesma Lei Municipal, ou seja, em consonância com as diretrizes e normas do Conselho Municipal de Habitação.

Sant'Ana do Livramento, 13 de junho de 2024.

Atenciosamente,

Vereador Rafael de Castro

Rafael de Castro
Vereador PSB
Poder Legislativo Municipal



JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa se dá com o objetivo de melhorar o texto da alteração na Lei Complementar nº 19, de 05 de fevereiro de 1996 e justifica-se em razão de demanda apresentada pela comunidade em Audiência Pública.

Destaca-se que, por já haver a previsão da forma de fiscalização na Lei 5.935 de 15 de fevereiro de 2011, no seu Art. 6º, que indica a forma de notificação e multa quanto às referidas irregularidades, da seguinte forma:

Art. 6º. Os Proprietários/Responsáveis ou possuidores a qualquer título de terrenos baldios ou não, pátios, imóveis abandonados/desocupados, são obrigados a mantê-los limpos, cercados, roçados e drenados.

§. 1º. Aos infratores deste artigo serão aplicadas, progressivamente, as seguintes sanções.

I. Notificação Prévia para que em de 5 (cinco) dias, o proprietário e/ou responsável venha a sanar a irregularidade; caso não encontrado o Proprietário/Responsável, será publicada a notificação em em jornal de circulação local, uma única vez;

II. Prosseguindo a irregularidade após o prazo acima, o Proprietário/Responsável será multado em 30 (trinta) URFM;

III. Em caso de reincidência, no mesmo exercício financeiro, a multa será aplicada em dobro;

IV - Caso o Município tenha que vir a sanar a irregularidade, por si ou por terceiros, os valores dos serviços serão fixados através de Decreto Municipal e cobrados dos Proprietários/Responsáveis através de guia de recolhimento emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda;

§. 2º. A Fiscalização dos terrenos baldios ou não, pátios e imóveis abandonados/desocupados, compete aos Fiscais da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente com apoio da Vigilância Sanitária através dos Fiscais Sanitários e dos Agentes de Campo e Agentes de Combate à Endemias.

Ainda, se modificou o Parágrafo Único do Art. 39, a fim de delimitar que os recursos das multas sejam destinados para FUNHAB, mas que sejam usados sem destinação específica, em consonância com as diretrizes e normas do Conselho Municipal de Habitação.

Dessa forma, se faz necessária a alteração e inclusão dos respectivos termos para agregar ao projeto, dando-se prosseguimento.

Sant'Ana do Livramento, 13 de junho de 2024.

Atenciosamente,

Rafael de Castro
Vereador PSB
Poder Legislativo Municipal

Vereador Rafael de Castro